



LEI Nº 3.600 DE 30 DE MARÇO DE 2020

Institui o Fundo Financeiro da Câmara Municipal de Araucária - FFCMA, destinado à construção, instalação, ampliação, adaptação e reforma do imóvel sede do Poder Legislativo e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica por esta Lei constituído o Fundo Financeiro da Câmara Municipal de Araucária - FFCMA, em conformidade com o disposto no art. 167, IX da Constituição Federal de 1988, art. 71 da Lei Federal Nº. 4.320 de 1964 e demais normas que regem a matéria, inclusive as emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS DO FUNDO FINANCEIRO

Art. 2º Constituem objetivos do Fundo Financeiro da Câmara Municipal de Araucária instituído na forma desta Lei, a viabilização e a alocação da totalidade de recursos de capital destinados a construir, reformar, ampliar, adequar, adaptar, mobiliar, remobiliar, equipar e reequipar a estrutura física da sede do Poder Legislativo.

Parágrafo único. Todos os investimentos acessórios, inerentes ou necessários ao cumprimento dos objetivos estabelecidos no *caput* deste artigo, integram os objetivos do Fundo Financeiro instituído por esta Lei, tais como a aquisição de imóveis, instalações, equipamentos e material permanente.

CAPÍTULO III DA FONTE DE RECURSOS DO FUNDO FINANCEIRO

Art. 3º Constitui fonte de recursos à disposição do Fundo Financeiro instituído por esta Lei a economia orçamentária obtida na gestão da Câmara Municipal em cada exercício financeiro, até o limite do montante suficiente à cobertura do custo total dos investimentos, observado o limite estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal.

§ 1º É vedada a retenção de economia orçamentária fora das premissas elencadas no *caput*, passível de configurar ato de desvio de finalidade e ofensa ao princípio da unidade de tesouraria, puníveis na forma da Lei.



Prefeitura do Município de Araucária

Secretaria Municipal de Administração

Lei nº 3.600/2020 - Pág. 2/4

§ 2º Considera-se economia orçamentária para os fins desta Lei a diferença positiva entre a dotação orçamentária atualizada e a despesa realizada em cada exercício financeiro.

§ 3º Considera-se despesa realizada para os fins desta Lei, o somatório, em cada exercício financeiro, da despesa empenhada com o montante dos desembolsos extra-orçamentários relativo à proporcionalidade nos proventos de aposentadorias e pensões prevista no art. 4º da Lei Nº. 1.493/2004 que vierem a ser pagos com os recursos recebidos com base nos art. 29-A e art. 168 da Constituição Federal e art. 56, XXV da Lei Orgânica do Município.

§ 4º O valor da economia orçamentária obtida na forma do § 2º que vir a integrar o Fundo Financeiro de que trata esta Lei, será considerado para efeito da verificação do limite de gastos estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal apenas no exercício financeiro em que ocorrerem as transferências pelo Poder Executivo.

§ 5º Os recursos do Fundo Financeiro constituído na forma desta Lei somente poderão ser aplicados em despesas de capital inerentes ao cumprimento dos objetivos estabelecidos no art. 2º desta Lei, estando vedada a utilização em objeto diverso do estabelecido no art. 3º e caracterizada como desvio de finalidade.

CAPÍTULO IV DA APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO FINANCEIRO

Art. 4º Sem prejuízo das dotações constantes nos orçamentos anuais consignadas à Câmara Municipal, o Fundo Financeiro instituído na forma desta Lei, observados os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal, visa assegurar os recursos de capital necessários à expansão e ao aperfeiçoamento das atividades do Poder Legislativo Municipal, especialmente por meio da reestruturação das dependências físicas do prédio sede da Câmara Municipal, compreendendo as despesas com:

I – os estudos e projetos complementares de engenharia e arquitetura, incluindo os de natureza paisagística, necessários ao cumprimento dos objetivos fixados no art. 2º desta Lei;

II – as obras e serviços de engenharia destinados à reforma e ampliação das edificações e instalações incorporáveis ou inerentes ao imóvel sede da Câmara Municipal, incluindo, dentre outras, as adequações e adaptações necessárias à garantia da acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência, idosos e portadoras de mobilidade reduzida;

III – os investimentos com a aquisição dos imóveis necessários à realização de obras e as inversões financeiras com a aquisição de imóveis já concluídos e em utilização, necessários ao cumprimento dos objetivos fixados no art. 2º desta Lei;

IV – a aquisição das instalações incorporáveis ou inerentes aos imóveis, tais como elevadores, aparelhagem de ar condicionado central, além de todos os equipamentos e materiais permanentes necessários ao cumprimento dos objetivos fixados no art. 2º desta Lei.





§ 1º Todos os bens produzidos ou adquiridos com recursos do Fundo Financeiro constituído na forma desta Lei serão incorporados ao patrimônio gerido pela Câmara Municipal de Araucária.

§ 2º É vedada a utilização de recursos do Fundo Financeiro constituído na forma desta Lei no pagamento de despesas de naturezas extra-orçamentária, intra-orçamentárias de qualquer categoria econômica ou orçamentárias classificadas como de custeio.

§ 3º Incluem-se nas vedações à utilização dos recursos do Fundo Financeiro constituído na forma desta Lei a contratação de pessoal a qualquer título, bem como o custeio de despesas com pessoal ou acessórias, de quaisquer naturezas.

CAPÍTULO V

DA CONTABILIDADE E ORÇAMENTO DO FUNDO FINANCEIRO

Art. 5º O FFCMA instituído por esta Lei não detém personalidade jurídica própria nem autonomia patrimonial em relação à Câmara Municipal, tampouco se constitui em unidade de natureza executora orçamentária independente.

Parágrafo único. O FFCMA se caracteriza pela estrita vinculação das receitas especificadas no art. 3º à realização dos objetivos predeterminados no art. 2º desta Lei, nos termos do art. 71 da Lei Federal Nº. 4.320 de 1964.

Art. 6º O FFCMA terá escrituração própria e os recursos que o constituírem serão mantidos em conta bancária específica, integrando o Ativo Circulante da Câmara Municipal.

§ 1º Os recursos que integram o FFCMA serão controlados por código de fonte que indicará a arrecadação de exercícios anteriores, vinculando-os às despesas orçamentárias correspondentes.

§ 2º A aplicação das receitas do FFCMA será efetivada mediante programa previsto na Lei de Orçamento ou incluído sob a forma de créditos adicionais especiais.

§ 3º Enquanto não cumpridos integralmente os objetivos fixados no art. 2º desta Lei, o *superávit* financeiro apurado do FFCMA será automaticamente transferido para o exercício seguinte, nos termos do art. 73 da Lei Federal Nº. 4.320 de 1964.

Art. 7º Somente poderá ser extinto o FFCMA mediante prévia e expressa autorização legislativa, por edição de lei específica, somente após vencida a etapa de cumprimento dos objetivos e a respectiva prestação de contas junto aos órgãos fiscalizadores.

Parágrafo único. Cumpridos os objetivos fixados no art. 2º desta Lei, o Fundo Financeiro deverá ser extinto e o seu saldo, se houver, será apurado e encaminhado aos cofres da Prefeitura do Município.

CAPÍTULO VI

DA GESTÃO E CONTROLE DO FUNDO FINANCEIRO





Prefeitura do Município de Araucária

Secretaria Municipal de Administração

Lei nº 3.600/2020 - Pág. 4/4

Art. 8º O Fundo Financeiro da Câmara Municipal de Araucária será administrado:

I – por deliberação colegiada da Comissão Executiva da Câmara Municipal, na qualidade de instância gestora;

II – pelo Presidente da Câmara Municipal, na condição de Ordenador da Despesa.

Parágrafo único. Poderá ainda a Comissão Executiva designar formalmente comissão administrativa específica para tal fim, devendo sua composição e funcionamento estar disciplinada em regulamento específico.

Art. 9º A fiscalização da gestão do Fundo Financeiro da Câmara Municipal será exercido pelo Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo do Município e no âmbito externo, pela atuação dos Vereadores, Tribunal de Contas, Sociedade Civil e demais interessados, na forma da Lei.

Art. 10. Os resultados da gestão financeira relativa aos aportes e aplicações de recursos que constituírem o FFCMA terão seu conteúdo consolidado aos demais bens, haveres e obrigações que formam o patrimônio gerido pela Câmara Municipal de Vereadores, devendo integrar a prestação de contas respectiva, segundo as normas que regem a matéria.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. A Comissão Executiva da Câmara Municipal poderá expedir atos complementares necessários à operacionalização do FFCMA, especialmente no que se refere à sua organização administrativa, orçamentária e financeira.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 30 de março de 2020.

HISSAM HUSSEIN DEHAINI
Prefeito de Araucária

Processo nº 3.600/2020

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 31/03/2020 09:34 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/jp5e8338cca3681>
POR MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA: 76105535000199 - (233.850.819-04) EM 31/03/2020 09:34

